

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.600.704 - PR (2014/0178444-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE** : ADEMIR BELLINI  
**ADVOGADOS** : WILLYAN ROWER SOARES - PR019887  
ANA CAROLINA SILVA DINIZ - PR052636  
**EMBARGADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**ADVOGADO** : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF - PR000000F  
**AGRAVANTE** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**AGRAVADO** : ADEMIR BELLINI  
**ADVOGADOS** : WILLYAN ROWER SOARES - PR019887  
ANA CAROLINA SILVA DINIZ - PR052636

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PARCELAS NÃO CONTEMPLADAS EM LIQUIDAÇÃO. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. CINCO ANOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMA. NÃO CUMPRIMENTO DO QUE DISPÕE O ARTIGO 266, § 4º, DO RISTJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INDEFERIDO LIMINARMENTE.**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de divergência interpostos por Antônia de Medeiros Rodrigues contra acórdão proferido pela Segunda Turma, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, assim ementado (fl. 178):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. PARCELAS NÃO CONTEMPLADAS EM LIQUIDAÇÃO. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. CINCO ANOS. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC.

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, é no sentido de que para o recebimento das diferenças devidas (parcelas garantidas no título judicial e não incluídas nos cálculos de liquidação) deve ser de cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, nos termos do parágrafo único do art. 103 da Lei 8.213/91 (AgRg no AREsp 588.676/SP, Segunda turma, Relator Ministro Humberto Martins, julgado em 19/05/2015, DJe 26/05/2015).

3. Agravo regimental não provido.

O embargante afirma que a solução dada à controvérsia dos autos, consubstanciada na "ocorrência da prescrição da pretensão executiva das parcelas em atraso em relação ao período não executado, aduziu que o debate posto nos autos refere-se à prescrição de valor residual de título executivo judicial, o qual deve ser de cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, nos termos do parágrafo único do art. 103 da Lei 8.213/91" (fl. 191), diverge do entendimento assentado no Acórdão proferido pela Primeira Seção desta Corte, nos autos do Resp n. 385.413/MG,

publicado no DJe 27/5/2002 (fl. 195).

O recorrente sustenta, em síntese, que (fl. 203):

[...] o processo de execução é uno sendo iniciado na forma do artigo 730 do CPC, sendo ilegal nova citação para oposição de embargos em relação a diferença de pagamento, bastando que se intime a devedora para impugnar a conta, dentro do mesmo processo executivo, não havendo assim, que se falar na ocorrência da prescrição [...]

Por fim requer "sejam admitidos e providos os presentes Embargos, para o fim de acolher a tese inserida no v. Acórdão paradigmático da Primeira Seção desse Colendo Tribunal, reconhecendo a nulidade da segunda citação do INSS nos termos do artigo 730 do CPC, bem como, os atos processuais subsequentes e consequentemente seja afastada a aplicação do artigo 103 da Lei 8.213/91 quanto a ocorrência da prescrição da pretensão executória" (fl. 202).

Embargos de declaração admitidos (fls. 231/232).

Impugnação às fls. 237/239.

Parecer do Ministério Público Federal manifestando-se pelo não conhecimento dos embargos de divergência (fls. 244/249).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Com efeito, a irresignação não deve ser admitida, desde logo, isso porque o embargante apenas indicou as ementas dos acórdãos paradigmas. Não há, em seu recurso, o devido cotejo analítico entre as hipóteses, com as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, o que impede a admissão do recurso de embargos de divergência.

Por outro lado, o acórdão apontado como paradigma, REsp n. 385.413/MG, da relatoria do Min. José Delgado, Relator para acórdão Min. Franciulli Netto, não diz respeito a mesma situação fática dos autos, o que, também por esse fundamento, impede a admissão do recurso. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MERA TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. DESATENDIMENTO DE REQUISITOS RECURSAIS. ART. 266, § 4º. DO RISTJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. REGRA TÉCNICA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Os Embargos de Divergência devem ser inadmitidos quando o recorrente não procede ao necessário cotejo analítico, deixando de evidenciar o ponto em que os acórdãos confrontados, diante da mesma base fática, teriam adotado solução jurídica diversa, nos termos do art. 266, § 4º., do RISTJ, não cumprindo tal exigência a mera transcrição de ementas e de trechos de julgados. Precedentes: AgInt nos EREsp. 1.394.036/RN, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 28.11.2016 e AgInt nos EREsp. 1.356.789/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 4.4.2017.

2. Ademais, é firme a orientação jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que o Recurso Uniformizador não se presta a discutir o erro ou o acerto

da decisão quanto à incidência ou não de regra técnica de conhecimento de Recurso Especial. 3. Agravo Interno do contribuinte a que se nega provimento (AgInt nos EAREsp 547.866/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe 27/6/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É entendimento pacífico dessa Corte que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados e transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas. III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido (AgInt nos EREsp 1.579.009/AC, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 02/08/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INADMISSIBILIDADE. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Conforme orientação jurisprudencial do STJ, a demonstração do dissenso interpretativo, suscitado em sede de embargos de divergência, exige cotejo analítico entre o julgado paradigma e o embargado, a fim de evidenciar que, diante do mesmo contexto fático, adotaram-se conclusões diferentes quanto ao direito federal aplicável, não cumprindo tal exigência a mera transcrição de ementas de julgados.

2. Sob o CPC/2015, permanecem as exigências relativas à apresentação da divergência jurisprudencial, nos termos de seu art. 1.043, § 4º.

3. A decisão da Terceira Turma coaduna-se com a orientação desta Corte Superior. Com efeito, a Corte Especial do STJ fixou entendimento de que é "insuficiente para comprovação do preparo a apresentação somente do comprovante de pagamento das custas processuais, pois é indispensável a juntada das respectivas guias de recolhimento da União" (AgRg nos EAREsp 562.945/SP, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 15/6/2015).

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EAREsp 917.155/SP, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, DJe 18/9/2018).

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. COTEJO. NÃO REALIZAÇÃO.

1. Nos termos do artigo 266, § 4º, do RISTJ, os embargos não podem ser conhecidos pela divergência se o recorrente não realiza o devido cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

2. Agravo interno não provido (AgInt nos EAREsp 1.173.449/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe 24/09/2018).

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, XVIII e 266-C do RI/STJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

